



PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Aviso (extrato) n.º 3969/2019

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 33, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte:
É concedida à 2.ª Força Nacional Destacada, a Medalha de Ouro de Serviços Distintos.

11 de fevereiro de 2019. — O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

312058327



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extrato) n.º 2513/2019

Nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, por despacho do Presidente do Grupo Parlamentar Partido Popular CDS-PP, de 1 de fevereiro de 2019, é nomeado para o cargo de assessor do Grupo Parlamentar:

Mestre Pedro Nogueira Serrasqueiro, com efeitos a partir do dia 4 de fevereiro de 2019.

15 de janeiro de 2019. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

312083834

Despacho (extrato) n.º 2514/2019

Nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, por despacho do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular CDS-PP, de 30 de janeiro de 2019, é exonerado do cargo de assessor do Grupo Parlamentar, com efeitos a partir do dia 1 de fevereiro de 2019:

Nuno Ricardo Sampaio Veiga Ferraz Martins

18 de fevereiro de 2019. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

312081136



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 2515/2019

Considerando que o Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.) é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue as atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) nas áreas da integração e migrações, conforme decorre do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, que procedeu à aprovação da respetiva lei orgânica.

Considerando que, nos termos do artigo 4.º do referido diploma, o conselho diretivo do ACM, I. P., é composto por um presidente e por um vogal.

Considerando que a Lei-quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece no n.º 4 do artigo 19.º que os membros do conselho diretivo dos institutos públicos são designados por despacho do membro do Governo da tutela, nos termos das regras de recrutamento, de seleção e de provimento previstas, para os cargos de direção superior, no Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, com as necessárias adaptações.

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, determina, nos artigos 18.º e 19.º, a forma de recrutamento, de seleção e provimento dos cargos de direção superior,

estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP).

Considerando os resultados obtidos no âmbito do procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente para o cargo de vogal do ACM, I. P., e, nessa sequência, a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto.

Ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, na sua redação atual, dos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, do n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na redação atual, conjugados com os artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, que aprova a orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I. P.:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, a licenciada Romualda Maria da Conceição Martins Nunes Fernandes, para o cargo de vogal do ACM, I. P.

2 — A presente designação fundamenta-se na experiência profissional da designada e na aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, como atesta a nota curricular da ora designada, publicada em anexo ao presente despacho e que dele constitui parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 8 de março de 2019.

6 de março de 2019. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Mariana Guimarães Vieira da Silva*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais

Nome completo: Romualda Maria da Conceição Martins Nunes Fernandes

Data de nascimento: 10 de setembro de 1954

Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações académicas

Desde setembro de 2018 até à data — Doutoranda em Políticas Públicas no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2018 — Frequência no III Curso Especial de Formação para ingresso na Magistratura Judicial

Junho 1996 — Grau Equivalência ao grau de Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Junho de 1979 — Licenciatura em Ciências Jurídicas/Direito pela Universidade de Paris VIII, Saint Denis

3 — Experiência profissional

Desde janeiro de 2018 até à data — Vogal do Alto Comissariado para as Migrações, I. P., em regime de substituição

Desde dezembro de 2013 até dezembro de 2017 — Assessora da Assembleia Municipal de Lisboa

Desde novembro de 2009 até maio de 2011 — Adjunta da Secretária de Estado da Administração Interna

Desde abril de 2005 até outubro de 2009 — Adjunta do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Desde janeiro de 2003 até dezembro de 2005 — Consultora da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

Desde janeiro de 2002 até dezembro de 2003 — Consultora da Organização Internacional para as Migrações

Desde janeiro de 1998 até dezembro de 2001 — Assessora Jurídica do Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

Desde janeiro de 1996 até dezembro de 1996 — Vogal do Conselho Superior de Magistratura Judicial de Guiné-Bissau

Desde janeiro de 1997 até dezembro de 1997 — Consultora Jurídica da Agência Americana para o Desenvolvimento, na Guiné-Bissau

Desde janeiro de 1987 até dezembro de 1995 — Responsável pelo Gabinete de Relações Internacionais na Resistência da Guiné Bissau-Movimento Bafatá

Desde janeiro 1986 até dezembro de 1986 — Procuradora Geral Adjunta da República de Guiné-Bissau

Desde janeiro de 1984 até dezembro de 1984 — Delegada do Procurador do Tribunal Regional de Bissau, Guiné-Bissau

312129023

Gabinete Nacional de Segurança

Despacho n.º 2516/2019

1 — Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 162/2013, de 4 de dezembro, 69/2014, de 9 de maio, e 136/2017, de 6 de novembro, e ao abrigo das competências que me foram subdelegadas através da alínea f) do n.º 1 do Despacho n.º 12953/2016, de 18 de outubro, da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, e obtida a anuência da Secretária de Estado do Turismo, designo para exercer funções no Centro Nacional de Cibersegurança, André Filipe Sobreira Garrido, oriundo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., como técnico de grau 3, nível 33, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de julho de 2018.

31 de janeiro de 2019. — O Diretor-Geral, *António Gameiro Marques*, CALM.

312062441

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 2517/2019

Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 16 de janeiro de 2019, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 79/2015, de 14 de maio, foi determinado que o Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe Augusto José Pestana Saraiva Peixoto — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros —, seja colocado na disponibilidade, com efeitos a partir de 11 de março de 2019, por atingir nessa data o limite de idade, conforme o fixado no supracitado artigo.

11 de fevereiro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312067578

Despacho (extrato) n.º 2518/2019

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 15817/2018 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 5 de novembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o trabalhador abaixo indicado, ficando posicionado na seguinte posição remuneratória da carreira de assistente técnico e no seguinte nível remuneratório, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 11 de fevereiro de 2019:

Bruno Miguel Cochicho Fernandes Casteleiro — 3.ª posição remuneratória, nível 8.

13 de fevereiro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312078001

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Aviso n.º 3970/2019

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos, homologada em 13 de fevereiro de 2019, referente ao procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de três postos de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., aberto pelo Aviso n.º 14988/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 18 de outubro, se encontra afixada no edifício sede deste Instituto, em Lisboa, e disponibilizada em www.instituto-camoes.pt.

18 de fevereiro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luis Faro Ramos*.

312085705